

Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de São Paulo: análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional

Luciane Penteado Chaquime¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Matão. e-mail: lupenteado@ifsp.edu.br

Resumo: A institucionalização da educação a distância (EaD) pode ser compreendida como um processo gradual e contínuo em que os valores e as estruturas da modalidade são inseridos numa organização já existente. O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) iniciou efetivamente a oferta de cursos a distância a partir da adesão à Rede e-Tec Brasil, principiando, assim, a institucionalização da EaD. O artigo ora apresentado buscou analisar, por meio de uma pesquisa documental nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos períodos de 2009-2013 e de 2014-2018, como a institucionalização da EaD tem se desenvolvido no IFSP. Verificou-se que, de um plano para outro, houve uma mudança na maneira como a modalidade é compreendida pela instituição, o que se refletiu no planejamento de cursos de graduação por um número maior de campus da instituição. Considerou-se esse fato um indicativo de que o IFSP tem caminhado no sentido de institucionalizar a EaD, no entanto, ressaltou-se a importância de que a Diretoria de Educação a Distância torne-se uma referência e exerça um maior protagonismo nas ações concernentes à modalidade.

Palavras-chave: institucionalização. educação a distância. Instituto Federal de São Paulo. rede e-Tec Brasil. plano de desenvolvimento institucional

Linha Temática: Educação a Distância (EaD).

1 INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) como modalidade educacional ganha destaque no cenário brasileiro com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 e, a partir de então, políticas educacionais que utilizam intensamente tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) são propostas com vistas a ampliar as vagas no ensino superior, na educação profissional e tecnológica e, ainda, como estratégia para a formação de professores para a Educação Básica.

A adesão das instituições públicas de ensino a políticas como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Rede Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec Brasil) inicia, nessas instituições, um processo de institucionalização, ou seja, de adaptação de seus valores e de suas estruturas organizacionais, acadêmicas e pedagógicas, para que possam atender as especificidades da modalidade a distância.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) adere à Rede e-Tec Brasil em 2007 e, a partir de então, começa a ofertar dois cursos técnicos subsequentes ao ensino médio no ano de 2009, dando início à institucionalização da modalidade a distância.

Neste artigo, o objetivo é analisar, por meio de uma pesquisa documental nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos períodos de 2009-2013 e de 2014-2018, como a institucionalização da EaD tem se desenvolvido no IFSP. Para tanto, na segunda seção, busca-se inserir o leitor, brevemente, no debate que relaciona a institucionalização e a EaD. A terceira seção apresenta a metodologia do trabalho realizado. A quarta seção apresenta os resultados encontrados e, por fim, são tecidas algumas considerações sobre o tema enfocado.

2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO

A atual fase de expansão capitalista tem como suas principais características a flexibilidade dos processos de trabalho, a intensificação acelerada das inovações tecnológicas, com destaque para as TDIC e, ainda, a compressão espaço-temporal (HARVEY, 1994). Tais características extrapolam a

esfera produtiva, generalizando-se para outros âmbitos sociais, dentre eles o educacional, o que favorece a rápida expansão da EaD.

Entendida como uma modalidade em que alunos e professores estão separados fisicamente e, por vezes, temporalmente, dependendo, portanto, de um recurso tecnológico para mediar o processo de ensino-aprendizagem (MOORE; KEARSLEY, 2008), a EaD possui particularidades que impactam na maneira de geri-la tanto acadêmico-administrativamente quanto pedagogicamente. Em relação à gestão acadêmico-administrativa, para que haja oferta de cursos a distância, é necessário atentar-se a aspectos que vão além da gestão de pessoal e financeira, como logística de encontros presenciais, elaboração de materiais didáticos, escolha de mídias e tecnologias que serão utilizadas nas aulas, serviços de apoio aos estudantes, entre outros. No que diz respeito à gestão pedagógica, os cursos a distância envolvem o trabalho de uma equipe de profissionais para a realização da docência, ou seja, implicam na polidocência (MILL, 2010).

No Brasil, a EaD torna-se mais notória com a promulgação, em 1996, da LDB¹. A partir dessa lei, a oferta de cursos a distância no país foi autorizada em todos os níveis de ensino, ou seja, do fundamental à pós-graduação (ALVES, 2009), apoiando-se, em especial, em dois argumentos. O primeiro era o de que permitiria a expansão de vagas e consequente democratização do acesso à educação, equalizando diferenças regionais (SEGENREICH, 2009) e, o segundo, era seu potencial para oferecer formação superior a professores, reduzindo o déficit de docentes na Educação Básica (MOUSQUER; OLIVEIRA; DRABACH, 2013).

Instituído um cenário favorável à EaD, políticas públicas educacionais que utilizam intensamente a modalidade, como o Sistema UAB² e a Rede e-Tec Brasil³ começam a ser implementadas por todo o país. Em linhas gerais, o Sistema UAB configura-se numa rede de cooperação formada pelo Ministério da Educação (MEC), por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e por estados ou municípios (COSTA; PIMENTEL, 2009) com o objetivo de oferecer cursos voltados, primordialmente, à formação de professores. Já a Rede e-Tec Brasil tem por finalidade o desenvolvimento e democratização da educação profissional e tecnológica e, nesse sentido, também constitui-se por um convênio entre MEC, estados ou municípios e instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica, dentre elas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Induzidas por políticas educacionais como o Sistema UAB e a Rede e-Tec Brasil, as instituições brasileiras historicamente ofertantes de educação superior ou educação profissional, científica e tecnológica iniciam um movimento de adaptação de sua estrutura e organização para atender às especificidades da modalidade a distância. Dessa maneira, alavancam o processo de institucionalização da EaD, o qual pode ser entendido como “um *continuum* de caráter complexo e de natureza progressiva; sua ocorrência perpassa aspectos ideológicos, políticos, institucionais e organizacionais, que se articulam por níveis e em tempos distintos” (FERREIRA; CARNEIRO, 2015, p. 241). Além disso, abarca a troca de saberes entre os agentes envolvidos, no sentido de incorporar os valores da nova modalidade ao cotidiano organizacional (FERREIRA; NASCIMENTO; MILL, 2018).

Sendo assim, de um ponto de vista prático, a institucionalização da EaD nas instituições públicas parceiras tanto do Sistema UAB quanto da Rede e-Tec Brasil está intimamente articulada à “socialização de valores e estruturas já implantados nessas instituições para as mesmas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na tradicional modalidade educacional presencial” (FERREIRA; CARNEIRO, 2015, p. 232).

Para tanto, a inserção da modalidade EaD no Plano de Desenvolvimento Institucional, o alinhamento de políticas de gestão e a formação de unidades acadêmicas, bem como a integração das modalidades presencial e a distância, entre outros fatores, podem ser considerados indícios de que as

¹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

² Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006.

³ Em 2007, por meio do Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro, é instituído o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil. Contudo, em 26 de outubro de 2011, por meio do Decreto nº 7.589, é criada a Rede e-Tec Brasil, revogando o documento anterior.

IPES estão agregando, à estrutura já estabelecida, as especificidades da modalidade (FERREIRA; MILL, 2014).

3 METODOLOGIA

De forma a analisar como a institucionalização da EaD tem ocorrido no IFSP, realizou-se uma pesquisa documental, ou seja, em fontes primárias (MARCONI; LAKATOS 2003), enfocando os excertos nos quais a modalidade era mencionada.

Foram objetos de análise os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos períodos 2009-2013 e 2014-2018. A escolha desses documentos se deveu ao fato de configurarem-se num plano estratégico que é exigido pelo MEC tanto para o credenciamento quanto para o recredenciamento das instituições públicas e privadas de ensino superior. Tendo em vista que sua elaboração prevê ações institucionais para um período de cinco anos e que, além disso, implica a participação democrática da comunidade acadêmica, considerou-se que sua análise possibilitaria identificar como a modalidade a distância está sendo institucionalizada no IFSP.

4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EaD NO IFSP

É por meio do Edital de Seleção nº 01/2007/SEED/SETEC/MEC que o IFSP⁴ efetivamente inicia o processo de institucionalização da modalidade a distância, implementando cursos técnicos subsequentes ao ensino médio em parceria com a Rede e-Tec Brasil. Antes disso, as experiências em EaD consistiam em ações pontuais de professores e/ou cursos, sem grande alcance institucional.

Assim, no segundo semestre de 2009, são abertas 500 vagas para cursos técnicos subsequentes, sendo 250 para Informática para a Internet, oferecido pelo campus São João da Boa Vista, e 250 para Administração, ofertado pelo campus Caraguatatuba. As vagas foram distribuídas para cinco polos presenciais, localizados nos seguintes municípios do estado de São Paulo: Araraquara, Barretos, Franca, Itapevi e Jaboticabal (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2010, p. 84).

Vale destacar, porém, que mesmo antes da implementação dos cursos supramencionados, no ano de 2008, o IFSP criou uma Diretoria de Educação a Distância (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO, 2009, p. 67), a qual, incluída no regimento institucional por meio da Resolução nº 381/2008 do Conselho Diretor, datada de 02 de setembro, teria as seguintes competências:

Planejar, coordenar, supervisionar e controlar as políticas de educação a distância para a Instituição, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, e acompanhar a implementação destas políticas, avaliando o seu desenvolvimento (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO, 2008).

A análise do PDI 2009-2013 demonstrou a previsão de oferta de cursos a distância pelos campus Campos do Jordão, Salto, São João da Boa Vista e São Paulo. Tais campus planejavam, respectivamente, à época, ofertar os seguintes cursos EaD: Formação Inicial e Continuada (FIC) em Informática; Especialização em Gestão; Técnico concomitante/subsequente em Informática e em Gestão Empresaria e FIC em Administração de Sistema Linux e Edição e Tratamento de Imagens; Especialização em Matemática, Especialização em Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil e Especialização em Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído. Conforme é possível notar, a maior parte dos cursos EaD planejados é em nível de especialização ou abarca somente FIC e, além disso, a oferta seria localizada em poucos campus. Mais à frente no documento, encontra-se o seguinte esclarecimento:

⁴ Vale lembrar que a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é de 29 de dezembro de 2008. Portanto, à época do edital, a instituição ainda era Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP). Já no momento de implantação dos cursos a distância em parceria com a Rede e-Tec, os campus de Sertãozinho, Cubatão, Guarulhos e São Paulo haviam sido incorporados à Rede Federal de São Paulo.

O EaD poderá ser uma alternativa de curso, para viabilizar a modalidade FIC, quando não for possível a oferta de cursos presenciais, e preferencialmente adotado para a capacitação e aperfeiçoamento de profissionais. É um recurso a ser utilizado para suprir necessidades identificadas nas comunidades interna e externa. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2009, p. 104).

A articulação da EaD com a extensão fica mais clara num painel com as políticas de ensino da instituição (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2009, p. 82) e no trecho em que se lê que “os dois cursos de E-Tec implantados no Campus São João da Boa Vista se definem como um projeto piloto para a ampliação do debate se caracterizando a EaD como uma oferta de cursos no âmbito da Extensão” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2009, p. 87).

Outro aspecto que pode ser destacado em relação à institucionalização da EaD a partir da análise do PDI 2009-2013 é que a modalidade é mencionada entre as metas da Pró-Reitoria de Política, Articulação e Informação no sentido de “viabilizar ferramentas para o desenvolvimento da Educação a Distância” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2009, p. 62). Contudo, o texto não traz uma especificação sobre ações visando efetivar o objetivo proposto.

Isto posto, a análise do PDI 2009-2013 demonstrou, ainda, que Diretoria de EaD criada em 2008, não apareceu, em nenhum momento, como protagonista no planejamento de ações relativas à modalidade a distância, o que pode indicar a mera formalidade de sua criação. Além disso, observa-se que os cursos ofertados na modalidade, mesmo os conveniados à Rede e-Tec Brasil, são compreendidos, pelo IFSP, apenas como cursos de extensão.

Acerca do PDI 2014-2018, nota-se uma mudança em relação à percepção institucional sobre a modalidade a distância. Nesse sentido, o Quadro 1 ilustra que a Pró-Reitoria de Ensino tem, entre seus objetivos, o fomento à EaD em todos os níveis de ensino, bem como articulada à educação presencial.

Quadro 1 - Objetivos da Pró-Reitoria de Ensino constantes no PDI 2014-2018 e que se articulam à Educação a Distância.

Objetivo Geral	Objetivo Específico
Nº 10: Fomentar a oferta de cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados, licenciaturas e de pós-graduação lato e stricto sensu na modalidade da Educação a Distância (EaD).	Oferecer cursos técnicos e superiores.
Nº 11: Incentivar a pesquisa em EAD e recursos tecnológicos no IFSP por meio de Iniciação Científica, Eventos e Produção Científica e Núcleos de Inovação Tecnológica, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.	Criar equipes de pesquisa e desenvolvimento de recursos em EAD.
Nº 12: Incentivar a criação de repositório de objetos de aprendizagem para EAD no IFSP, utilizando novas tecnologias interativas e tecnologias de aprendizagem móvel.	Criar núcleo de desenvolvimento de material didático.

Fonte: Compilação própria a partir do PDI 2014-2018.

A observação do Quadro 1 revela, ao contrário do que apresentava o PDI anterior, a compreensão, por parte da instituição, de que a modalidade a distância pode ser utilizada tanto para a oferta de cursos de nível médio quanto superior e de pós-graduação *stricto sensu* e não apenas como um recurso para a oferta de cursos de formação inicial e continuada, segundo o excerto visto anteriormente na análise do PDI 2009-2013.

Além disso, recursos tecnológicos comumente utilizados para a oferta de cursos a distância, como ambientes virtuais de aprendizagem e repositórios de objetos de aprendizagem, aparecem entre as políticas de ensino, como possíveis também para a educação presencial, o que é indicativo de que ampliou-se a visão institucional sobre as potencialidades da modalidade, favorecendo sua institucionalização.

Contudo, considerando que a institucionalização da EaD é um processo que visa sua inserção nos valores e estruturas organizacionais, vale ressaltar que no PDI 2014-2018 é enfatizada a necessária articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme fica explícito no trecho a seguir:

Essas questões das políticas de ensino não podem estar dissociadas das atividades de educação formal e não formal, que precisam integrar-se às atividades de extensão, em parceria com a Pró-Reitoria de extensão.

Da mesma forma, é necessário estimular atividades de pesquisa, em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, fomentando a iniciação científica em todos os níveis. Outra possibilidade é fomentar a pesquisa em EAD e recursos tecnológicos no IFSP por meio de Iniciação Científica, Eventos e Produção Científica e Núcleos de Inovação Tecnológica, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2014, p. 171).

Vale ressaltar, ainda, que entre as diretrizes para o ensino no IFSP são destacados a “oferta de cursos a distância institucional e pela Rede e-Tec Brasil [e, também a] possibilidade da introdução de 20% de educação a distância nos cursos de graduação” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2014, p. 173).

Essa mudança na maneira de compreender a modalidade é refletida pelo crescimento na oferta de cursos a distância no PDI 2014-2018. Ademais, o documento descreve a ação de mais uma política indutora da modalidade na instituição pela adesão do IFSP, no ano de 2012, ao Programa Profucionário⁵. O campus Boituva ofereceu, por meio desse programa, 900 vagas em 14 polos municipais. Também o campus São João da Boa Vista aderiu ao mesmo programa e ofertou vagas para o curso Técnico em Múltiplos Meios Didáticos, além de continuar a oferta do curso Técnico em Informática para a Internet em parceria com a Rede e-Tec Brasil. O campus Caraguatatuba que já ofertava o curso Técnico em Administração pela Rede e-Tec foi outro que ampliou sua oferta, oferecendo os cursos de Comércio, Edificações, Informática para a Internet e Aquicultura. Contudo, o texto não deixa explícito o nível de formação desses cursos. Por fim, São Roque ofertou, no ano de 2013, também pela parceria do IFSP com a Rede e-Tec, o curso Técnico em Serviços Públicos em 13 municípios paulistas.

Ainda na seção que traz a perspectiva de cursos por parte dos campus da instituição, verifica-se a mudança na forma como a EaD é vista institucionalmente. Nesse sentido, os campus de Araraquara e Catanduva preveem a abertura de vagas no curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio. Boituva, Capivari e Presidente Epitácio planejam, respectivamente, a abertura dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, em Informática e em Ciências Naturais. O campus Itapetininga prevê a abertura, pelo Profucionário, do curso Técnico em Infraestrutura Escolar, além de um curso FIC em Iniciação ao Raciocínio Lógico. Registro pretende abrir os cursos de Especialização em Metodologia de Ensino de Matemática e Física, Licenciatura em Física, Técnico em Secretaria Escolar, em Múltiplos Meios Didáticos, em Segurança do Trabalho, em Serviço Público e em Informática para Internet. O campus São Carlos planeja, até o ano de 2018, ofertar vagas nos cursos Técnicos em Administração, em Marketing, em Eletrônica e em Segurança do Trabalho. São João da Boa Vista prevê a oferta do Técnico em Gestão em Segurança do Trabalho, curso também constante no planejamento do campus Sertãozinho. Por fim, o campus São Paulo apontou, em sua previsão de abertura de vagas, os seguintes cursos de Especialização: Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil, Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, Aeroportos – Projeto e Construção e Gestão em Energia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises dos PDI 2009-2013 e 2014-2018, é possível dizer que houve uma importante mudança na forma como o IFSP compreende a EaD e suas potencialidades como modalidade educacional. Tal mudança se reflete nas políticas propostas pela Pró-Reitoria de Ensino, as quais visam fomentar a modalidade em si e em articulação com a educação presencial e, ainda, no trabalho conjunto com as Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa e Inovação, o que é imprescindível para a institucionalização da EaD. Em decorrência, nota-se uma maior adesão dos campus que planejam

⁵ Trata-se de um programa do governo federal que visa oferecer formação aos funcionários em efetivo exercício em escolas públicas, compatível com suas funções. Para saber mais a respeito, consulte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12365.

ofertar cursos a distância não apenas como FIC, mas como graduações. Contudo, é relevante tornar a Diretoria de Educação a Distância referência e protagonista das ações dentro do IFSP com vistas à consolidação da modalidade.

Vale lembrar, porém, que este trabalho trata-se de uma pesquisa inicial que apenas traz alguns subsídios para se pensar a EaD dentro do IFSP. Para que o processo seja analisado e compreendido em suas múltiplas faces, até para embasar futuras ações institucionais, é fundamental que pesquisas sejam feitas, contemplando, entre outros aspectos, o impacto da modalidade na carga horária docente, a percepção dos servidores sobre a modalidade, o entendimento dos gestores sobre o processo de institucionalização, a percepção de alunos e ex-alunos sobre a oferta dos cursos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.
- CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO. Direção Geral. **Relatório de Gestão – Exercício 2008**. São Paulo, 2009.
- COSTA, C. J.; PIMENTEL, N. M. O sistema Universidade Aberta do Brasil na consolidação da oferta de cursos superiores a distância no Brasil. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 71-90, 2009.
- FERREIRA, M.; CARNEIRO, T. C. A institucionalização da Educação a Distância no Ensino Superior Público Brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação Unisinos**, v. 19, n. 2, p. 228-241, maio/ago. 2015.
- FERREIRA, M.; MILL, D. Institucionalização da educação a distância no Ensino Superior público brasileiro: desafios e estratégias. In: REALI, A. M. M. R.; MILL, D. (Org.). **Educação a Distância e tecnologias digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contexto e processos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 81-102.
- FERREIRA, M.; NASCIMENTO, J. P. R.; MILL, D. Institucionalização da Educação a Distância. In: MILL, Danil. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas: Papirus, 2018.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. São Paulo, 2009.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Reitoria. **Relatório de Gestão – Exercício 2009**. São Paulo, 2010.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. São Paulo, 2014.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 381, de 02 de setembro de 2008**. Aprova alteração do Regimento do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 174-213.
- MILL, D. Sobre o conceito de *polidocência* ou sobre a natureza do processo de trabalho pedagógico na Educação a Distância. In: MILL, D.; OLIVEIRA, M. R. G.; RIBEIRO, L. R. C. (Org.). **Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques**. São Carlos: EdUFSCar, 2010b. p. 23-40.
- MOORE, M. G; KEARSLEY, G. Conceitos básicos. In: _____. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- MOUSQUER, M. E. L.; OLIVEIRA, O. S.; DRABACH, N. P. Institucionalização da EaD no Ensino Superior: o caso do curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional da UFSM/UAB. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, p. 29-45, jan./abr. 2013.

SEGENREICH, S. C. D. ProUni e UAB como estratégias de EaD na expansão do Ensino Superior. **Pro-Posições**, v. 20, n. 2 (59), p. 205-222, maio/ago. 2009.